



TC 018.454/2008-9

Tipo: Prestação de Contas

Representante: Ministério Público junto ao TCU

Representado: Francisco Valdeci de Sousa Cavalcante (CPF 048.380.683-87)

Advogado ou Procurador: Francisco Soares Campelo Filho, OAB/PI 2.734 (procuração: peças 11 e 55)

1. Trata-se de procedimentos com vistas à identificação de erro material no acórdão identificado na tabela abaixo, em cumprimento às orientações contidas no Memorando-Circular 41/2016- Segecex:

Dados dos Acórdãos					
Tipo	Número/Ano	Colegiado	Sessão	Ata nº	Peça
Acórdão Condenatório	-	-	-	-	-
Apreciação de Recurso	976/2017-TCU	Plenário	17/5/2017	17/2017	78
Apreciação de Recurso/embargos	40/2018-TCU	Plenário	17/1/2018	1/2018	97
Apreciação de Recurso/Embargos	1135/2018-TCU	Plenário	23/5/2018	18/2018	107
Correção de Erro Material	-	-	-	-	-
Outros (Determinação/Recomendação)	-	-	-	-	-

Itens verificados	Correto?			Observação
	Sim	Não	NA	
Grafia do nome do responsável	x			
Número do CPF	x			
Valor do débito			x	
Data histórica do débito			x	
Data da incidência dos juros de mora			x	
Fundamento legal do julgamento das contas			x	
Cofre credor do débito			x	
Fundamento legal das sanções, especialmente da multa			x	
Multa sem incidência de juros			x	
Multa será recolhida aos cofres do Tesouro Nacional			x	
Autorização expressa para a cobrança judicial do débito, na forma da lei, caso não seja atendida a notificação, ou solicitação de desconto em folha da dívida			x	
O nome do órgão instaurador			x	
O número e o ano do convênio			x	
Proposta da UT versus a deliberação do Acórdão (eventual alteração está justificada no voto do Relator)			x	



Na parte deliberativa do acórdão, a referência a subitens do relatório/voto			x	
Identificação (no Acórdão e na pauta de julgamento) dos representantes legais constituídos	x			
Grafia do nome e o nº da OAB do advogado, conforme a procuração	X			
Número do processo	x			
Foi identificado outro erro material		x		

2. Atesto, quanto aos itens acima indicados, que, conferidos os termos do acórdão em epígrafe, NÃO foi identificado erro material.

3. Desse modo, com fundamento na delegação de competência outorgada pelo art. 2º, inciso XII, da Portaria Secex-PI n. 8, de 2/5/2017, encaminhem-se os autos ao Serviço de Administração desta Secex-PI para proceder à devida notificação do responsável.

SECEX-PI, em 6 de maio de 2018.

(Assinado eletronicamente)
Maria da Conceição Silva Souza
TEFC – Mat. 1093-6

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56703025.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 59497453.